

CONCURSO PÚBLICO

18. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS, TENDO EM VISTA A OPÇÃO REALIZADA NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

**CONHECIMENTO TÉCNICO SOBRE O SETOR DE SANEAMENTO
BÁSICO E SUA REGULAÇÃO**

01. Considere os itens:

- I. estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- II. garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- III. prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- IV. definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam à eficiência e à eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

De acordo com a Lei Federal n.º 11.445/07 (Saneamento Básico), são objetivos da regulação

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

02. De acordo com a Lei n.º 8.987/95 (Concessões de Serviços Públicos), incumbe à concessionária

- (A) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.
- (B) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas.
- (C) homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma dessa Lei, das normas pertinentes e do contrato.
- (D) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação.
- (E) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.

03. De acordo com a Lei Complementar n.º 1.025/07, o plano editado por lei estadual, nos termos do artigo 216 da Constituição do Estado, cabendo-lhe, observadas as peculiaridades regionais e locais, bem como as características das bacias hidrográficas e respectivos recursos hídricos, estabelecer objetivos, diretrizes, prioridades e programas gerais para orientar a elaboração da legislação orçamentária plurianual e anual, bem como o planejamento operacional dos serviços públicos de saneamento básico em todo o território estadual, respeitada a autonomia municipal, é o Plano

- (A) de Metas de Saneamento Estadual.
- (B) Plurianual de Saneamento.
- (C) Executivo Estadual de Saneamento.
- (D) de Saneamento e Energia.
- (E) CONESAN.

04. A diretoria da ARSESP é composta pelo Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos serviços de saneamento básico e mais

- (A) 6 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados.
- (B) 5 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados.
- (C) 4 diretores, incluindo o Diretor de Relações Institucionais.
- (D) 3 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos serviços de energia.
- (E) 2 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos serviços de energia.

05. De acordo com a Deliberação ARSESP 031/08, constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo I (até 0,01% do faturamento líquido anual do prestador),

- (A) não efetuar, nos prazos estabelecidos, reparos, melhoramentos, substituições e modificações, de caráter urgente, nas instalações.
- (B) realizar o despejo de esgotos, após o tratamento, em condições inferiores aos padrões exigidos pelos planos de saneamento e pelos órgãos ambientais, observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (C) não fornecer água, por meio do sistema público de abastecimento, dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos em legislação específica do Ministério da Saúde.
- (D) não disponibilizar aos usuários serviços de acesso à empresa por meio de sítio na Internet e atendimento telefônico.
- (E) suspender a prestação dos serviços, enquanto a reclamação do usuário, comunicada ao prestador, estiver sendo objeto de análise por parte da ARSESP, salvo por razões diversas do objeto da reclamação pendente.

06. De acordo com o Decreto n.º 53.192/08, a execução dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário será realizada pela SABESP, nos termos de contrato de programa a ser firmado com o Município, que atenderá à legislação de concessões e permissões e de diretrizes nacionais e estaduais para o saneamento, e preverá mecanismos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira do serviço. O contrato será celebrado pelo prazo de

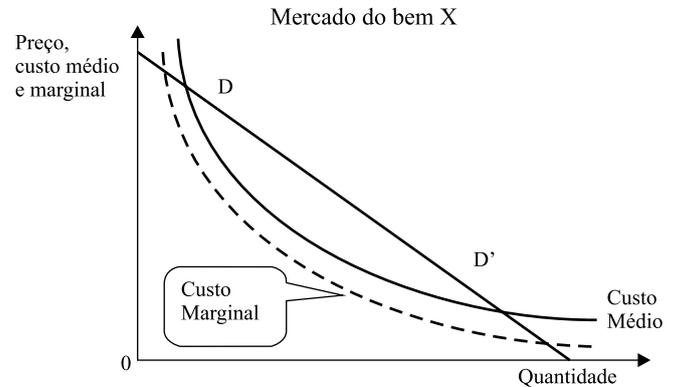
- (A) 5 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 20 anos.
- (D) 30 anos.
- (E) 45 anos.

07. Para celebração de convênios de cooperação e contratos de programa que estabeleçam a submissão da SABESP à política tarifária exclusivamente municipal é condição necessária a existência de laudo comprovando que a tarifa prevista é suficiente para o custeio dos serviços e a amortização integral dos investimentos no prazo contratual,
- (A) independentemente de qualquer subsídio externo.
 - (B) ou alternativamente pode ser autorizado pelo Governador do Estado.
 - (C) ou excepcionalmente com a autorização do Conselho de Orientação de Saneamento.
 - (D) ou alternativamente com a autorização da ARSESP.
 - (E) ou alternativamente pode ser autorizado por ato específico do Secretário do Meio Ambiente.
08. De acordo com padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano definido pelo Ministério da Saúde, na água tratada no sistema de distribuição (reservatórios e rede), em sistemas que analisam mais de 40 amostras por mês, a ausência de coliformes totais em 100 mL deve ocorrer em
- (A) 100% das amostras.
 - (B) 95% das amostras.
 - (C) 75% das amostras.
 - (D) 50% das amostras.
 - (E) 40% das amostras.
09. De acordo com Portaria n.º 518/2004 do Ministério da Saúde, a água potável deve estar em conformidade com o padrão de aceitação de consumo e recomenda-se que, no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de _____ e que o teor máximo de cloro residual livre, em qualquer ponto do sistema de abastecimento, seja de _____ mg/L.
- Os valores faltantes nos espaços são, respectivamente,
- (A) 3,0 a 5,0 ... 5,0
 - (B) 5,0 a 7,0 ... 4,0
 - (C) 6,0 a 9,5 ... 2,0
 - (D) 7,0 a 10,0 ... 2,0
 - (E) 7,0 a 10,0 ... 1,0
10. “São unidades destinadas à remoção de partículas presentes na água, pela ação da gravidade. Podem ser convencionais, ou de baixa taxa, e de elementos tubulares, ou de alta taxa.”
- No projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público, o texto refere-se a
- (A) floculadores.
 - (B) aeradores.
 - (C) bandejas perfuradas sobrepostas.
 - (D) filtros lentos.
 - (E) decantadores.
11. Para a execução de tubulações de PVC rígido para adutoras e redes de águas, as escavações em rocha decomposta, pedras soltas e rocha viva devem ser feitas até abaixo do nível inferior da tubulação, para que seja possível a execução de um leito de material isento de pedras de, no mínimo,
- (A) 15 cm sob os tubos.
 - (B) 20 cm sob os tubos.
 - (C) 30 cm sob os tubos.
 - (D) 45 cm sob os tubos.
 - (E) 60 cm sob os tubos.
12. A ETE deve ter mais de um tanque de aeração, se a vazão afluyente máxima for superior a
- (A) 50 L/s.
 - (B) 100 L/s.
 - (C) 150 L/s.
 - (D) 200 L/s.
 - (E) 250 L/s.
13. Caracterizando-se o sistema de limpeza urbana de um município, envolvendo o acondicionamento, coleta, transporte e disposição final, sabe-se que a área escolhida para a disposição final deve ser avaliada sob o aspecto da geologia, geotécnica, hidrologia e topografia. Ao avaliar as áreas potenciais, se a análise levar em conta o critério econômico (custo de implantação e de operação), o de engenharia (complexidade técnica e tempo) e o critério ambiental, então um parâmetro importante na decisão para a escolha é essa área
- (A) ser destinada à proteção de manancial.
 - (B) ser de alto valor de aquisição e distante de serviços públicos.
 - (C) ter um único acesso e ser próxima ao centro.
 - (D) ter possibilidade de controle de contaminação de água, ar e solo.
 - (E) ter amplitude e topografia que possibilitem sua utilização por um período curto.
14. O gerenciamento dos consumidores, quando não praticado de forma eficiente, induz ao incremento de águas não faturadas. Para a gestão dos grandes consumidores (usuários), recomendam-se ações práticas em campo e escritório, tais como explicar as variações de consumo que sempre ocorrem, ou executar vistorias sistemáticas. Isto porque, geralmente, os grandes consumidores (usuários)
- (A) são os responsáveis pela maioria das fraudes.
 - (B) são os responsáveis pela maior parte do consumo, embora em menor número.
 - (C) têm as ligações inativas ou consumo zero.
 - (D) estão sujeitos a abastecimento irregular por estarem na periferia.
 - (E) são os consumidores típicos.
15. De acordo com a Resolução CONAMA n.º 357/2005, as águas doces de classe 1 observarão as seguintes condições de qualidade de água:
- I. 5 dias a 20 °C até 3 mg/L O₂;
 - II. em qualquer amostra, não inferior a 6 mg/L O₂;
 - III. até 40 UNT.
- Essas condições referem-se, respectivamente, a
- (A) OD, turbidez e DBO.
 - (B) DBO, turbidez e OD.
 - (C) DBO, OD e turbidez.
 - (D) turbidez, OD e DBO.
 - (E) turbidez, DBO e OD.

CONHECIMENTO TÉCNICO SOBRE ECONOMIA E REGULAÇÃO

16. O monopólio natural de um bem ou serviço a ser regulado pelo governo caracteriza-se por apresentar
- (A) retornos crescentes de escala.
 - (B) retornos decrescentes de escala.
 - (C) custo marginal constante.
 - (D) custo médio crescente.
 - (E) custo médio igual ao custo marginal.
17. Sobre o monopólio com discriminação perfeita de preços, pode-se dizer que
- (A) se trata de uma estrutura de mercado ineficiente produtivamente, pois negocia uma quantidade menor do que a desejada socialmente.
 - (B) reflete uma estrutura de mercado ineficiente de Pareto e justa socialmente.
 - (C) reflete uma estrutura de mercado ineficiente de Pareto e injusta socialmente.
 - (D) corresponde a uma estrutura de mercado em que a quantidade negociada é a mesma negociada na concorrência perfeita.
 - (E) se trata de uma estrutura de mercado que gera um peso morto semelhante ao do mercado organizado em monopólio simples.
18. Sobre um mercado organizado em duopólio, com liderança de preços e produtos diferenciados, mas altamente substitutos, sabe-se que a empresa 1 (líder) possui demanda $Q_1 = 15 - 2P_1 + P_2$, enquanto a empresa 2 (seguidora) enfrenta uma demanda igual a $Q_2 = 15 - 2P_2 + P_1$. São Q_1 , Q_2 , P_1 e P_2 , respectivamente, a quantidade demanda da firma 1, a quantidade demanda da firma 2, o preço cobrado pela firma 1 e o preço cobrado pela firma 2. Sabe-se também que o custo fixo de produção de ambas empresas é igual a 17 unidades monetárias e seus custos variáveis são nulos. Sobre esse mercado, pode-se dizer que
- (A) a empresa líder maximiza seu lucro cobrando o dobro do preço cobrado por sua seguidora, quando não ocorrer conluio.
 - (B) ambas as empresas cobrarão 5 unidades monetárias pela unidade de seus bens, apesar da diferenciação do produto, caso o governo for bem sucedido em evitar o conluio.
 - (C) não há diferença entre os preços cobrados com e sem conluio, caso essas empresas concorram via preços.
 - (D) sempre existe vantagem de obtenção de lucros para a empresa líder, uma vez que ela é a primeira a decidir seu preço.
 - (E) os preços cobrados pelas empresas 1 e 2, com ou sem conluio, nunca são iguais nesse caso, pois a empresa seguidora sempre fica em desvantagem.

19. Considere a estrutura de mercado do bem X, entendido pelo governo como um bem essencial para a sociedade, ilustrada na figura. Note que a curva decrescente em linha cheia descreve o custo médio de produção do bem X, enquanto a curva em linha tracejada descreve o custo marginal de produção. A reta DD' descreve a demanda linear de mercado pelo bem X.



Com base no gráfico, assinale a alternativa correta sobre tal estrutura.

- (A) Esse mercado não precisa ser regulado pelo governo, pois o seu custo de produção tende a cair e o bem X fica barato para a sociedade, de modo que toda a população tem acesso a esse bem.
- (B) O governo deve regular o preço do bem X de acordo com a regra de maximização de lucros da concorrência perfeita, ou seja, igualar preço ao custo marginal de produção.
- (C) Nesse caso, o lucro econômico zero ocorre quando se iguala o preço ao custo médio.
- (D) O preço que iguala o custo médio fornece uma situação em que o produtor privado regulado pelo governo sempre tem incentivos para continuar inovando tecnologicamente, a fim de reduzir custos de produção.
- (E) Para a sociedade, que necessita do produto X, o maior bem-estar é obtido quando se cobra um preço entre o custo marginal e o custo médio de produção.

20. A prefeitura de um determinado município empenhou 5 bilhões de reais na construção de um monotrilho elevado que cruzaria a cidade de leste a oeste com vistas a atender a demanda da população mais carente por transporte público. O dinheiro gasto, entretanto, não foi suficiente para terminar a obra. O novo prefeito recentemente eleito deve decidir se termina a obra ou não e avalia que os custos para a sua finalização sejam de 3 bilhões de reais adicionais – valor suficiente para cobrir todos os custos de acabamento da obra, de compra dos ônibus e vagões do monotrilho e do serviço de contratação e treinamento dos funcionários. A estrutura de concreto armado já foi construída, os terrenos onde os pilares do monotrilho se apoiam já foram desapropriados ou tomaram faixas de vias expressas e ruas. Além disso, a atual configuração do monotrilho representa um custo de 2 bilhões (medidos a valor presente) em transtornos e aumento de dificuldade de locomoção da população na cidade, decorrente da paralisação da obra, que poderiam ser eliminados com o início de seu funcionamento. Considerando-se que os custos empenhados inicialmente no monotrilho são afundados (*sunk costs*) e com base na análise de custo benefício, pode-se dizer que

- (A) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for maior ou igual a 3 bilhões de reais.
- (B) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for maior ou igual a 5 bilhões de reais.
- (C) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for de 10 bilhões de reais.
- (D) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for de 1 bilhão de reais.
- (E) independente do valor presente do benefício do término da construção do monotrilho, não se pode aplicar a análise do custo benefício, porque o custo afundado não pode ser computado.

21. Dois prefeitos de municípios vizinhos, A e B, recebem da comunidade de moradores da região de suas fronteiras comuns uma proposta de reurbanização da divisa, devido ao grande aumento da criminalidade na região e à falta de infraestrutura de saneamento básico. A matriz de recursos a ser financiada está descrita a seguir:

		Prefeito de B	
		Financia	Não Financia
Prefeito de A	Financia	(2 , 2)	(5 , 0)
	Não Financia	(0 , 5)	(0 , 0)

Se um prefeito financia a obra e o outro não, o que financia arca com um custo de 5 milhões de reais. Se os dois financiam, ocorrem ganhos de escala no trabalho conjunto e cada um deles arca com 2 milhões de reais. Eles devem decidir de maneira independente se financiam ou não a obra.

Note que o primeiro número entre parênteses representa o valor a ser financiado pelo prefeito do município A, enquanto o segundo número sempre representa o valor a ser financiado pelo prefeito de B. Levando-se em conta que os recursos das prefeituras são escassos e, conseqüentemente, os prefeitos minimizam gastos, pode-se dizer que

- (A) a obra de urbanização será financiada conjuntamente pelos dois prefeitos.
 - (B) esse jogo, considerando as decisões dos prefeitos como estratégias, não possui estratégia dominante.
 - (C) é mais vantajoso para o prefeito do município B financiar a obra.
 - (D) para o prefeito do município A é indiferente financiar ou não a obra.
 - (E) esse jogo tem a estrutura de um jogo do Dilema dos prisioneiros, e seu equilíbrio de estratégia dominante é que nenhum deles financie a obra.
22. O gás carbônico emitido pelos automóveis tem sido apontado como uma das principais causas do efeito estufa. Pode-se dizer, então, que o consumo de automóveis por agentes privados gera uma falha de mercado conhecida como
- (A) externalidade.
 - (B) informação assimétrica.
 - (C) bens não rivais e não excludentes.
 - (D) monopólio natural.
 - (E) risco moral.

23. Considere um indivíduo que deve decidir se investe num ativo X de risco, que pode render 0; 1 milhão e 10 milhões, com probabilidades respectivamente iguais a $p(0) = 0,4$; $p(1) = 0,5$ e $p(10) = 0,1$; ou num ativo Y livre de risco, que rende 1,5 milhão. Sabe-se que a utilidade desse indivíduo para os valores de renda 0; 1 milhão; 1,5 milhão e 10 milhões correspondem respectivamente a $u(0) = 0$; $u(1) = 10$; $u(1,5) = 14$ e $u(10) = 50$. Pode-se dizer, então, que
- (A) o indivíduo é indiferente entre o ativo X e o ativo Y.
- (B) para esse indivíduo, que é avesso ao risco, é melhor comprar o ativo Y.
- (C) esse indivíduo é amante do risco e sempre prefere ativos com maior retorno médio.
- (D) a utilidade que esse indivíduo obtém com o ativo X é maior que a que obtém com o ativo Y.
- (E) esse indivíduo é neutro ao risco.
24. Recentemente, o episódio de interrupção da venda de gás natural veicular (GNV) ao Brasil tendeu a reduzir a conversão de automóveis para o GNV. Com relação a esse bem, pode-se dizer que é um bem
- (A) não rival e não excludente.
- (B) rival e excludente somente quando importado da Bolívia.
- (C) rival e excludente.
- (D) rival e não excludente, pois sua distribuição é feita por uma empresa estatal.
- (E) não rival e excludente.
25. Considere o modelo CAPM (Modelo de Precificação de Ativos de Capital) e que uma grande empresa de capital aberto apresenta um β , ou seja, um risco sistemático, igual a 1,5. A taxa de retorno do ativo livre de risco (títulos do governo) é de 15% aa e a taxa média de retorno do mercado é de 25% aa. O retorno mínimo esperado pelos acionistas dessa empresa é de
- (A) 10% aa.
- (B) 15% aa.
- (C) 25% aa.
- (D) 28% aa.
- (E) 30% aa.
26. Considerando-se a Equação Fundamental do Patrimônio, se o Patrimônio Líquido de uma empresa corresponde ao dobro de sua Situação Líquida, então
- (A) o Ativo menos o Passivo Exigível é igual a 2.
- (B) o Ativo menos o Passivo Exigível é igual a -2.
- (C) o Ativo mais o Passivo Exigível é igual a 2.
- (D) o Ativo mais o Passivo Exigível é igual a -2.
- (E) o Ativo menos o Passivo Exigível é igual a 1.
27. Numa economia cuja unidade monetária é chamada de dourado, o preço de um medicamento em 2000 era de D\$ 105. Em 2003, seu preço passou a ser D\$ 115,5 e, em 2007, atingiu D\$ 126. O nível de preços, considerando 2000 como base, apresentou valor igual 1,10, em 2003, e valor igual a 1,20, em 2007. O governo dessa economia, que controla preços de medicamento, quer saber se houve abusos por parte da indústria farmacêutica, que supostamente estaria reajustando seus preços acima da inflação e obtendo, assim, aumentos reais nos preços desse medicamento. Pode-se dizer que
- (A) houve aumento do preço real do medicamento apenas entre 2000 e 2003.
- (B) houve aumento do preço real do medicamento apenas entre 2000 e 2007.
- (C) houve redução do preço real do medicamento entre 2003 e 2007.
- (D) não houve aumento no preço real do medicamento nem entre 2000 e 2003 nem entre 2000 e 2007.
- (E) houve aumento no preço real do medicamento entre 2000 e 2003 e também entre 2000 e 2007.
28. Um indivíduo possui um automóvel, dirige de maneira cuidadosa e sempre estaciona em estacionamentos quando sai de casa com o veículo. Após adquirir um seguro contra perdas, danos e roubos de automóveis, passa a dirigir de maneira mais arriscada e deixa de colocar seu automóvel em estacionamentos. Essa mudança de comportamento corresponde a um problema
- (A) de externalidade.
- (B) de risco moral.
- (C) de seleção adversa.
- (D) típico de bem público.
- (E) de custo de transação.

29. O índice de preços de Laspeyres consiste numa média aritmética do relativo de preços, enquanto o índice de preços de Paasche corresponde a uma média harmônica do relativo de preços. Pode-se dizer então que

- (A) o índice de Laspeyres subestima as variações dos preços e o índice de Paasche as superestima.
- (B) nem o índice de Laspeyres nem o de Paasche subestimam as variações dos preços.
- (C) o índice de Laspeyres superestima as variações dos preços e o índice de Paasche as subestima.
- (D) ambos índices superestimam as variações dos preços.
- (E) ambos índices subestimam as variações dos preços.

30. O *Price cap* (preço teto) é uma forma de o governo regular preços por meio de agências reguladoras, de modo que estabeleça um preço máximo a ser cobrado pela empresa concessionária do bem ou serviço. Esta, por sua vez, pode escolher um preço igual ou menor ao *Price Cap* para operar. A fórmula de reajustes do *Price Cap*, que ocorre a cada período, em geral anual, é descrita pela Taxa Máxima de Ajuste de Preço, descrita pela equação $TMAP = I - X + Y$, sendo I, X e Y, respectivamente,

- (A) variação do índice geral de preços; variação em ganhos de capital da empresa; variações no agregado monetário.
- (B) variação do índice de preço de preços amplo; variação em ganhos de capital; variações nos custos do setor à qual a empresa pertence.
- (C) variação do deflator implícito da renda; variação em ganhos de capital; variações em custos de capital.
- (D) variação do deflator implícito da renda; variação esperada de produtividade; outras variações exógenas específicas de custos.
- (E) variação do índice de preço do varejo; variação esperada de produtividade; outras variações exógenas específicas de custos.

